

UNI-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

BIANCA GONÇALVES MARQUES

**A IMPORTÂNCIA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO PARA O
SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO**

FRANCA

2015

BIANCA GONÇALVES MARQUES

**A IMPORTÂNCIA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO PARA O
SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO**

Monografia apresentada ao Uni-FACEF
Centro Universitário de Franca para
obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Ms. Márcio Benevides
Lessa

FRANCA
2015

BIANCA GONÇALVES MARQUES

**A IMPORTÂNCIA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO PARA O
SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO**

Monografia apresentada ao Uni-FACEF
Centro Universitário de Franca para
obtenção do título de bacharel em
Ciências Econômicas

Franca, 11 de setembro de 2015

Orientador: _____

Nome: Prof. Ms. Márcio Benevides Lessa

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador(a): _____

Nome: Prof. Ms. Ana Tereza Jacinto Teixeira

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Examinador(a): _____

Nome: Prof Dnd. Pedro Henrique Nascimento

Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Dedico este trabalho aos meus pais, Josiani e Vandoberto, ao meu irmão, Gabriel, aos meus avós, Maria e Antônio, ao meu namorado, Leandro, às minhas amigas da faculdade, Ana Carla, Silmara e Tamara e aos meus professores, pela dedicação, apoio, compreensão e, sobretudo pela fé depositada em mim durante todos esses anos de vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

- primeiramente a Deus por me guiar até aqui;
- aos meus pais Josiani e Vandoberto, por tudo que fizeram por mim, durante toda a minha vida, por toda de dedicação, por todo apoio e carinho que sempre me deram;
- aos meus avós Maria e Antônio, que acreditaram em mim e sempre me falaram coisas boas, para eu não desanimar;
- ao meu irmão Gabriel, que sempre compreendeu que eu tinha que estudar e não podia brincar com ele naquela hora;
- ao meu namorado Leandro, que sempre esteve comigo, me acompanhando de pertinho, correndo pra lá e pra cá comigo sempre que precisei, me dando força e me apoiando;
- às minhas amigas da faculdade, Ana Carla, Silmara e Tamara, que fizeram parte dessa linda história, e dais quais jamais vou me esquecer;
- ao meu orientador, o Prof. Ms. Márcio Benevides Lessa, por sua paciência, seus conhecimentos, por acreditar em mim e me apoiar durante todo o desenvolvimento deste projeto; e
- a todos os meus professores no curso de Ciências Econômicas, do Unifacef, que sempre transmitiram seus conhecimentos, com muito respeito, nos ensinando muito durante todos esses 4 anos, e aos quais sempre lembrarei por toda minha vida.

Deus não escolhe os capacitados, ele capacita os escolhidos.

Albert Einstein

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo explicar o que são as cooperativas de crédito, mostrando que elas fazem parte do Sistema Financeiro Nacional, mostrando sua origem, história, seus princípios, suas características, seu crescimento, o papel dos associados dentro da cooperativa, seus direitos e deveres, explicando também as diferenças das cooperativas de crédito em relação aos bancos tradicionais, como são as cooperativas financeiras no mundo e onde estão as maiores; como são as cooperativas de crédito no Brasil, sua estrutura atual, e quais são as maiores cooperativas financeiras no país, mostrando ainda que elas podem ser formadas por pessoas que praticam a mesma atividade ou não e são dirigidas e controladas pelos próprios associados. As cooperativas de crédito são uma alternativa de modelo econômico e eficaz para os seus associados. O modelo cooperativista é fundamental na construção de uma economia mais equilibrada, pois privilegia as pessoas em detrimento do lucro, o que contribui para o desenvolvimento econômico do país.

Palavras-chave: Cooperativas de Crédito. Modelo Econômico. Cooperativismo. Associados.

ABSTRACT

This paper aims to explain what credit unions, showing that they are part of the National Financial System, showing their origin, history, its principles, its features, its growth, the role of members in the cooperative, their rights and duties, also explaining the differences of credit unions over traditional banks, as are the financial cooperatives in the world and where the greatest; as are credit unions in Brazil, its current structure, and which are the largest financial cooperatives in the country, showing that they can still be formed by people who practice the same activity or not and are directed and controlled by the members themselves. Credit unions are an alternative economic and efficient model for its members. The cooperative model is critical in building a more balanced economy, for privilegia people at the expense of profit, which contributes to the economic development of the country.

Keywords: Credit Unions. Economic Model. Cooperativism. Associates.

RESUMEN

En este trabajo se pretende explicar qué mérito sindicatos, demostrando que son parte del Sistema Financiero Nacional, mostrando su origen, la historia, sus principios, sus características, su crecimiento, el papel de los miembros de la cooperativa, sus derechos y deberes, también explica las diferencias de las cooperativas de crédito más los bancos tradicionales, como son las cooperativas financieras en el mundo y donde el mayor; como son las cooperativas de crédito en Brasil, su estructura actual, y cuáles son las más grandes cooperativas financieras en el país, lo que demuestra que aún pueden estar formados por personas que practican la misma actividad o no y son dirigidas y controladas por los propios miembros. Las cooperativas de crédito son un modelo económico y eficiente alternativa para sus miembros. El modelo cooperativo es fundamental en la construcción de una economía más equilibrada, para que la gente privilegia a expensas de lucro, que contribuye al desarrollo económico del país.

Palabras clave: Uniones de Crédito. Modelo Económico. Cooperativismo. Associates.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Maiores Instituições Cooperativas no Mundo	42
Figura 2- Mahummad Yunus	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura do Sistema Financeiro Nacional	20
Quadro 2 - Quantitativo de instituições autorizadas por tipo, com sede nas unidades da federação (UF) em março de 2015.	30
Quadro 3 - Principais diferenças entres cooperativas de crédito e bancos	51
Quadro 3 - Principais diferenças entres cooperativas de crédito e bancos	52
Quadro 4 - Principais taxas de juros das Cooperativas de Crédito e do Banco do Brasil.....	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Bancos Múltiplos – Carteiras	23
Tabela 2 - Quantitativo de instituições autorizadas por segmento	28
Tabela 3 - Dados estatísticos do cooperativismo financeiro mundial	43
Tabela 4 - Quantitativo de cooperativas de crédito por tipo	49
Tabela 5 - Instituições financeiras brasileiras nas operações de crédito	53
Tabela 5 - Instituições financeiras brasileiras nas operações de crédito	54
Tabela 6 - Instituições financeiras brasileiras nos depósitos.....	54
Tabela 7 - As maiores instituições financeiras do Brasil em postos de atendimento.	55
Tabela 8 - As maiores instituições financeiras do Brasil em números de clientes	56
Tabela 9 - Maiores Cooperativas Financeiras Brasileiras	58
Tabela 9 - Maiores Cooperativas Financeiras Brasileiras	59
Tabela 10 – As 100 maiores cooperativas brasileiras por região	59

LISTA DE SIGLAS

SFN – Sistema Financeiro Nacional

BACEN – Banco Central do Brasil

SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados

CNPC – Conselho Nacional de Previdência Complementar

CMN – Conselho Monetário Nacional

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

BM - Banco Múltiplo

BC - Banco Comercial

BD - Banco de Desenvolvimento

CE - Caixa Econômica Federal

BI - Banco de Investimento

B CAMB - Banco de Câmbio

CFI - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

CTVM - Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

CC - Sociedade Corretora de Câmbio

DTVM - Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

SAM - Sociedade de Arrendamento Mercantil

SCI e APE - Sociedade de Crédito Mobiliário² e Associação de Poupança e Empréstimo

SCM - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte

AG FOM - Agência de Fomento

CH - Campanha Hipotecária

COOP - Cooperativa de Crédito

CONS - Sociedade Administradora de Consórcio

SICREDI – Sistema de Crédito Cooperativo

SICOOB - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

UNICRED - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Saúde

CECRED - Cooperativa Central de Crédito Urbano

CONFESOL - Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária

BANCOOB - Banco Cooperativo do Brasil

FGCoop - Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas

PAC – Posto de Atendimento ao Cooperado

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

SNCC - Sistema Nacional de Crédito Cooperativo

WOCCU - Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito

EACB - Associação Europeia dos Bancos Cooperativos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO.....	17
1.1 HISTÓRIA DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO.....	17
1.2 COMPOSIÇÃO E ESTRUTURA.....	19
1.2.1 Órgãos Normativos do SFN.....	20
1.2.2 Entidades Supervisoras.....	21
1.2.3 Operadores.....	23
1.2.3.1 Instituições financeiras captadoras de depósito à vista.....	23
1.2.3.2 Outros Intermediários Financeiros.....	25
2. COOPERATIVAS DE CRÉDITO.....	33
2.1 A ORIGEM DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO.....	35
2.2 PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO.....	37
2.3 CARACTERÍSTICAS DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO.....	38
2.4 DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS.....	40
2.5 COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO MUNDO.....	41
2.5.1 Cooperativismo Financeiro Mundial.....	43
2.5.2 A experiência de Muhammad Yunus na Índia.....	44
3. COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO BRASIL.....	46
3.1 A ATUAL ESTRUTURA DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL.....	46
3.2 TIPOS DE COOPERATIVAS.....	48
3.3 COOPERATIVAS DE CRÉDITO X BANCOS COMERCIAIS.....	50
3.4 O CRESCIMENTO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO.....	52
3.5 AS MAIORES COOPERATIVAS FINANCEIRAS DO BRASIL.....	57
CONCLUSÃO.....	61
REFERÊNCIAS.....	63
ANEXO A- Maiores Cooperativas Financeiras do Brasil.....	68

INTRODUÇÃO

O presente estudo, visa identificar a importância das cooperativas de crédito, mostrando os benefícios que as mesmas trazem aos seus associados, além de explicar que elas podem ser a melhor organização financeira para eles.

Parte-se do problema de como esse cooperativismo pode contribuir para a economia do país? A atuação das cooperativas de crédito apoiam o desenvolvimento socio-econômico do país, contribuindo com seu crescimento.

A justificativa é que a importância do desenvolvimento das cooperativas de crédito no Brasil demonstra a conscientização sobre um modelo econômico que privilegia quem faz parte dele e desempenha um papel fundamental para a redução de desigualdades e promoção de um crescimento econômico sustentável no país.

Trata-se este estudo de uma pesquisa bibliográfica sobre cooperativas de crédito, pois foram utilizados materiais publicados em livros, artigos eletrônicos e sites a fim de explicar o funcionamento das cooperativas e também foi usado nesta pesquisa o método de estudos descritivos, para mostrar o conceito das cooperativas, seus benefícios e características. Os dados usados são secundários de órgãos públicos e privados.

O capítulo um aborda o que é o Sistema Financeiro Nacional, fazendo uma breve abordagem de sua história e mostrando sua atual estrutura e composição.

No capítulo dois, é explicado o que é uma cooperativa de crédito, mostrando seus conceitos, origens, princípios, suas características, os direitos e deveres dos associados e como são as cooperativas de crédito no mundo.

O terceiro capítulo mostra como são as cooperativas de crédito no Brasil, sua atual estrutura, os tipos de cooperativas existentes, as diferenças entre cooperativas de crédito e bancos, o crescimento das cooperativas e quais as maiores cooperativas brasileiras.

Finaliza-se este trabalho com as considerações pertinentes aos estudos realizados.

1. SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

Sistema Financeiro, segundo dados do Banco Central do Brasil (Bacen), é um conjunto de instituições financeiras que visam transferir os recursos dos agentes econômicos superavitários para os agentes econômicos deficitários; asseguram a canalização da poupança para o investimento no mercado financeiro.

Segundo Pinheiro (2005,p.38-39) o sistema financeiro de um país é *“um conjunto de instituições, instrumentos e mercados agrupados de forma harmônica, com a finalidade de canalizar a poupança das unidades superavitárias até o investimento demandado pelas deficitárias”*.

O Sistema Financeiro Nacional tem por objetivo regulamentar o bom funcionamento das instituições financeiras. Cuida ainda do crédito e do dinheiro circulante no país.

O sistema financeiro é um dos setores mais regulamentados no mundo. Isso ocorre porque os governos devem aumentar a informação disponível aos participantes, garantir o adequado funcionamento do sistema e melhorar ou exercer o controle sobre a oferta de moeda. (PINHEIRO 2005, p. 40).

Segundo ainda a Associação Portuguesa de Bancos, o sistema financeiro é um conjunto de instituições financeiras que asseguram a canalização da poupança para o investimento no mercado financeiro. Essas instituições têm um papel de intermediação entre os agentes econômicos.

Tem-se, então, que o Sistema Financeiro Nacional (SFN) é um conjunto de instituições, órgãos, que tem por finalidade, controlar, regulamentar e fiscalizar as operações necessárias para a circulação de moeda e de crédito no país, na economia.

1.1 HISTÓRIA DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

Conforme Lopes & Rossetti (2005), a formação do Sistema Financeiro Brasileiro teve início com a vinda da Família Real Portuguesa, em 1808, e, nesse mesmo ano, foi criado o Banco do Brasil.

Ainda conforme os autores, o SFN foi caracterizado em quatro fases distintas, descritas abaixo:

1ª fase: essa fase caracterizou o SFN pela intermediação financeira mais simples através de atividades relacionadas ao setor cafeeiro e a implantação de projetos na área de infraestrutura.

Foi também a fase mais longa, por ter sido demarcada pelo início da intermediação financeira no período colonial até o final da década de 1830. Ela ainda estendeu-se pelo final do Império pelos primeiros anos da República até o início da Primeira Guerra Mundial, no início da década de 1840.

2ª fase: foi caracterizada pelo período das Guerras e Depressão, que compreende o período de 1914 a 1945. Vários processos tiveram importância para a intermediação financeira no Brasil, entre eles se destacam:

- expansão do sistema de intermediação financeira de curto e médio prazo;
- instalação da Câmara de Compensação (1921);
- implantação da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil (1921); e
- estudos para a criação de um Banco Central no país.

3ª fase: período que se estendeu de 1945 a 1964, caracterizando-se com a fase de transição entre a estrutura simples de intermediação financeira da primeira metade do século XX e a complexa estrutura montada a partir de reformas institucionais de 1964 a 1965. As principais transformações nessa transição foram:

- implantação de um Órgão normativo, de assessoria, controle e fiscalização, o SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito);
- criação de uma instituição financeira central de fomento, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDES); e
- desenvolvimento das Companhias de Crédito, financiamento e investimento a médio e longo prazo.

4ª fase: a última fase da evolução da intermediação financeira no Brasil iniciou-se em 1964-1965, com a promulgação de três leis que introduziram profundas alterações na estrutura do SFN:

- Lei nº 4.380 - 21/08/64- que instituiu a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, criou o Banco Nacional de Habitação e institucionalizou o Sistema Financeiro de Habitação;
- Lei nº 4.595 – 31/12/64- definiu as características e as áreas específicas de atuação das instituições financeiras e transformação do SUMOC e seu Conselho em Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional; e
- Lei nº 4.728 - 14/07/65- disciplinou o mercado de capitais e estabeleceu medidas para seu desenvolvimento.

A partir dessas três leis, o SFN passou a contar com o mais diversificado número de intermediários financeiros não bancários, com áreas específicas e bem determinadas de atuação. Ao mesmo tempo, foi ampliada a pauta de ativos financeiros, abrindo-se um novo leque de opções para aplicação de poupanças e criando condições mais efetivas para a ativação do processo intermediário.

1.2 COMPOSIÇÃO E ESTRUTURA

A estrutura atual do Sistema Financeiro Brasileiro, quanto às instituições que o integram, resultou da reforma institucional do ano de 1964-1965, quando foram criados o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil, o sistema de poupança, o sistema financeiro de habitação e, a Comissão de Valores Mobiliários.

O SFN é composto, na atualidade, por três partes: os Órgãos Normativos, as Entidades Supervisoras e os Operadores. De acordo com o quadro 1, disponível no site do Banco Central do Brasil, sua estrutura se dá pela seguinte forma e todos os órgãos ou entidades serão descritos na sequência:

Quadro 1 - Estrutura do Sistema Financeiro Nacional

Orgãos Normativos	Entidades Supervisoras	Operadores	
Conselho Monetário Nacional –CMN	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Banco Central do Brasil - Bacen ▪ Comissão de Valores Mobiliários - CVM 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista ▪ Bolsas de mercadorias e futuros 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Demais instituições financeiras ▪ Bancos de Câmbio ▪ Bolsas de valores ▪ Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros
Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Superintendência de Seguros Privados - Susep 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Resseguradores 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sociedades seguradoras ▪ Sociedades de capitalização ▪ Entidades abertas de previdência complementar
Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão) 	

Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMP>>, acesso em 01.mar.2015.

1.2.1 Órgãos Normativos do SFN

Os Órgãos Normativos, de acordo com o site do Bacen (2015), são responsáveis pela normatização do SFN. É composto pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Ainda de acordo com o Bacen (2015), o Conselho Monetário Nacional é o órgão responsável por expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do SFN. O Presidente do CMN é o Ministro da Fazenda. Dentre as principais funções do CMN estão:

- regular o valor interno e externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos;
- orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras; e
- zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras.

O Conselho Nacional de Seguros Privados é o órgão responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados. O Presidente do CNSP é o Ministro da Fazenda. Uma das funções do CNSP é regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização dos que exercem atividades subordinadas ao SNSP, bem como a aplicação das penalidades previstas.

O Conselho Nacional de Previdência Complementar é um órgão colegiado que integra a estrutura do Ministério da Previdência Social e cuja competência é regular o regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão).

1.2.2 Entidades Supervisoras

As Entidades Supervisoras, conforme descrito no site do Bacen (2015), são responsáveis pela execução e controle do que os Órgãos Normativos estabeleceram. Fazem parte o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, a Superintendência de Seguros Privados e a Secretaria de Previdência Complementar.

O Banco Central do Brasil é o principal executor das orientações do Conselho Monetário Nacional. É responsável por garantir o poder de compra da moeda nacional.

Seus objetivos são:

- zelar pela adequada liquidez da economia;
- manter as reservas internacionais em nível adequado;
- estimular a formação de poupança; e
- zelar pela estabilidade e promover o permanente aperfeiçoamento do sistema financeiro.

Dentre suas atribuições estão: emitir papel-moeda e moeda metálica; exercer o controle do crédito; exercer a fiscalização das instituições financeiras; e controlar o fluxo de capitais estrangeiros no país.

Sua sede fica em Brasília-DF, e tem representações nas capitais do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Pará.

A Comissão de Valores Mobiliários é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda. É responsável por regulamentar, desenvolver, controlar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários no país.

Dentre suas funções estão:

- assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa e balcão;
- proteger os titulares de valores mobiliários; e
- evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação no mercado.

A Superintendência de Seguros Privados, também é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda. Responsável por controlar e fiscalizar o mercado de seguro, previdência aberta e capitalização.

Uma de suas atribuições é fiscalizar a constituição, organização, funcionamento e operação das Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades de Previdência Privada Aberta e Resseguradores.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar é uma autarquia vinculada ao Ministério da Previdência Social. É responsável por fiscalizar as atividades das entidades fechadas de previdência complementar.

Atua como entidade de fiscalização e de supervisão das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e de execução das políticas para o regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar.

1.2.3 Operadores

Segundo o site do Bacen (2015), os Operadores são os executores que atuam dentro do sistema financeiro nacional. São eles:

1.2.3.1 Instituições financeiras captadoras de depósito à vista

Subordinadas ao Banco Central diretamente, sua composição se dá:

a) Bancos Múltiplos com carteira comercial

São instituições financeiras privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das carteiras comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento.

A tabela abaixo mostra a evolução dos Bancos Múltiplos com Carteiras.

Tabela 1- Bancos Múltiplos – Carteiras

Carteiras	Ano				
	2011	2012	2013	2014	2015*
Comercial	107	105	101	100	101
Investimento	97	94	94	92	93
Desenvolvimento	5	5	5	5	5
Crédito imobiliário	36	37	35	35	35
Crédito, financiamento e investimento	107	103	100	97	97
Arrendamento mercantil	49	48	49	49	49
Total	401	392	384	378	380

Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/d201501/Quadro%2009%20-%20Carteiras%20de%20bancos%20m%C3%BAltiplos.pdf>>, acesso em 01.mar.2015.

* Março de 2015

Percebe-se que a maioria das carteiras diminuíram ao longo do período e a que mais diminuiu foi a carteira de crédito, financiamento e investimento que em 2011 havia 107 e em 2015 caiu para 97 e de acordo Érico Ferreira da Associação

Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento de Investimento, em uma entrevista ao Brasil Econômico (2015), a piora da qualidade das carteiras é fruto da desaceleração da economia, do superendividamento e da inflação, ou seja a inadimplência cresceu e o crédito encolheu.

b) Bancos Comerciais

São instituições financeiras privadas ou públicas que proporcionam o suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviço, as pessoas físicas e terceiros em geral. Captam depósitos a vista e a prazo e devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima, e sua denominação deve conter a expressão “Banco”.

c) Caixa Econômica Federal

A Caixa Econômica Federal é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda. Trata-se de uma instituição assemelhada aos bancos comerciais, podendo captar depósitos à vista, realizar operações ativas e efetuar prestação de serviços.

Sua característica mais distintiva é que ela prioriza a concessão de empréstimos e financiamentos a programas e projetos nas áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho, habitação e outros. Pode operar com crédito direto ao consumidor. Tem ainda o monopólio da venda de bilhetes de loteria federal.

d) Cooperativas de Crédito

As cooperativas de crédito se dividem em: singulares, centrais e as confederações de cooperativas centrais.

As singulares prestam serviço financeiros de captação e de crédito apenas aos respectivos associados; as centrais, prestam serviço às singulares filiadas, e são responsáveis pela sua supervisão; a confederação de cooperativas centrais, prestam serviços a centrais e suas filiadas.

e) Bancos de Câmbio

São instituições financeiras autorizadas a realizar operações de câmbio e operações de crédito vinculadas às de câmbio, como por exemplo financiamentos à

exportação e importação. Recebe ainda depósitos em contas sem movimentação, cujos recursos são destinados à realização das operações de câmbio. Na denominação dessas instituições deve conter a expressão “Banco de Câmbio”.

f) Bolsas de Mercadorias e Futuros

São associações privadas civis, que efetuam o registro, compensação e a liquidação, física e financeira das operações realizadas em pregão ou no sistema eletrônico.

Elas devem desenvolver um mercado livre e transparente, para proporcionar aos agentes econômicos a oportunidade de efetuarem as operações de hedging ante flutuações de preço de commodities agropecuárias, índices, taxa de juros, como todo e qualquer variável macroeconômica cuja incerteza de preço no futuro possa influenciar negativamente suas atividades.

g) Bolsas de Valores

São sociedades anônimas ou associações civis, com o objetivo de manter local ou sistema adequado ao encontro de seus membros e à realização entre eles de transações de compra e venda de títulos e valores mobiliários, em mercado livre e aberto, fiscalizados por seus membros e pela Comissão de Valores Mobiliários.

1.2.3.2 Outros Intermediários Financeiros

Esses Intermediários são subordinados ao Banco Central e a CVM. Sua composição se dá conforme abaixo:

a) Administradoras de Consórcio

São pessoas jurídicas responsáveis pela formação e administração de grupos de consórcio. Elas atuam como mandatárias de seus interesses e direitos.

Os grupos de consórcio trabalham com prazo, duração e número de cotas previamente determinados. Visam a coleta de poupança para permitir a quem aderir o consórcio, a aquisição de bens ou serviços.

b) Sociedades de Arrendamento Mercantil

São sociedades anônimas, responsáveis pela emissão de debêntures, dívida externa, empréstimos e financiamentos de instituições financeiras. Suas operações ativas são constituídas por títulos de dívida pública, cessão de direitos creditórios e operações de arrendamento mercantil de bens e móveis. Deve conter em seu nome a expressão “Arrendamento Mercantil”.

c) Sociedades Corretoras de Câmbio

Constituída sob a forma de sociedade anônima, ou por quotas de responsabilidade limitada, tem por objetivo exclusivo a intermediação em operações de câmbio e a prática de operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes. Quem as supervisiona é o Bacen. Em sua denominação deve constar a expressão “Corretora de Câmbio”.

d) Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários

São uma sociedade anônima que tem por objetivos principais: operar em bolsas de valores, subescrever emissões de títulos e valores mobiliários; comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros; instituir e administrar fundos e clubes de investimento; emitir certificados de depósitos de ações. Essas sociedades são supervisionadas pelo Bacen.

e) Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários

Também são constituídas sob a forma de sociedade anônima. Algumas de suas atividades são: intermediar a oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; administrar e custodiar as carteiras de títulos e valores mobiliários; operar no mercado acionário, comprando, vendendo e distribuindo títulos e valores mobiliários, inclusive ouro financeiro, por conta de terceiros. Em sua denominação social deve conter a expressão “Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários”.

f) Instituto de Resseguros do Brasil (IRB)

Subordinadas ao CMN e a SUSEP, esse intermediário têm por objetivo exclusivo a realização de operações de resseguros e retroação. O IRB é uma empresa resseguradora vinculada ao Ministério da Fazenda.

g) Sociedades Seguradoras

São sociedades constituídas sob a forma de sociedades anônimas, especializadas em pactuar contrato, por meio do qual assumem a obrigação de pagar ao segurado, uma indenização, no caso de algum risco indicado, recebendo o prêmio estabelecido.

h) Sociedades de Capitalização

São sociedades constituídas sob a forma de sociedades anônimas, que negociam contratos. Têm por objetivo o depósito periódico de prestações pecuniárias pelo contratante, o qual terá, o direito de resgatar parte dos valores depositados, corrigidos por uma taxa de juros estabelecida por contrato, depois de ter cumprido o prazo estabelecido pelo contrato, concorrendo ainda a sorteios de prêmio em dinheiro.

i) Entidades Abertas de Previdência Complementar

São constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas. Seu objetivo é instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, disponíveis ao acesso de qualquer pessoa física. As funções dos órgãos regulador e fiscalizador são exercidas pelo Ministério da Fazenda, por intermédio do CNSP e da SUSEP.

j) Entidades Fechadas de Previdência Complementar (fundos de pensão)

São entidades fechadas organizadas sob a forma de fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos, e são de acesso exclusivo aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas, ou aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estes denominados patrocinadores ou aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, denominadas instituidores. Essas entidades devem seguir as diretrizes estabelecidas pelo CMN.

A tabela a seguir mostra a evolução do Sistema Financeiro Nacional, segundo as autorizadas por segmento.

Tabela 2 - Quantitativo de instituições autorizadas por segmento

Segmento	2011	2012	2013	2014	2015
Banco múltiplo	139	137	132	130	131
Banco comercial	20	22	23	22	21
Banco de desenvolvimento	4	4	4	4	4
Caixa econômica federal	1	1	1	1	1
Banco de investimento	14	14	14	14	14
Banco de câmbio					
Sociedade de crédito, financiamento e investimento	59	58	58	55	54
Sociedade corretora e títulos e valores mobiliários	99	94	93	92	92
Sociedade corretora de câmbio	47	57	62	66	66
Sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários	126	118	116	108	106
Sociedade de arrendamento mercantil	31	30	29	27	27
Sociedade de crédito imobiliário e associação de poupança e empréstimo	14	12	11	9	9
Sociedade de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte	42	40	38	40	40
Agência de fomento	16	16	16	16	16
Companhia hipotecária	8	7	8	7	7
Subtotal	622	612	608	594	591
Cooperativa de crédito	1.312	1.254	1.209	1.163	1.158
Subtotal	1.934	1.866	1.817	1.757	1.749
Sociedade administradora de consórcio	284	222	199	186	184
Total	2.218	2.088	2.016	1.943	1.933

Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/d201501/Quadro%201%20-%20Quantitativo%20de%20institui%C3%A7%C3%B5es%20por%20segmento.pdf>>, acesso em 14.mar.2015.

* Março de 2015.

O segmento das instituições bancárias foi marcado no último semestre de 2014 por incorporações bancárias e por mudanças de objeto social para banco múltiplo.

As cooperativas de crédito diminuíram significativamente, devido a ocorrência de cancelamentos de autorizações para funcionamento por inatividade, liquidações ordinárias e processos de incorporações.

Abaixo está especificado as siglas das instituições do próximo quadro que mostra as instituições autorizadas por tipo, com sede nas unidades da federação (UF).

BM- Banco Múltiplo

BC- Banco Comercial

BD- Banco de Desenvolvimento

CE- Caixa Econômica Federal

BI- Banco de Investimento

B CAMB- Banco de Câmbio

CFI- Sociedade de Crédito,
Financiamento e Investimento

CTVM- Sociedade Corretora de Títulos
e Valores Mobiliários

CC- Sociedade Corretora de Câmbio

DTVM- Sociedade Distribuidora de
Títulos e Valores Mobiliários

SAM- Sociedade de Arrendamento
Mercantil

SCI e APE- Sociedade de Crédito
Mobiliário² e Associação de Poupança
e Empréstimo

SCM- Sociedade de Crédito ao
Microempreendedor e à Empresa de
Pequeno Porte

AG FOM- Agência de Fomento

CH- Campanha Hipotecária

COOP- Cooperativa de Crédito

CONS- Sociedade Administradora de
Consórcio

Quadro 2 - Quantitativo de instituições autorizadas por tipo, com sede nas unidades da federação (UF) em março de 2015.

Unidade da Federação/ Região	BM	BC	BD	CE	BI	B CAMB	CFI	CTVM	CC	DTVM	SAM	SCI e APE	SCM	AG FOM	CH	COOP	CONS	Total
Alagoas									1			1	1	1		9	1	14
Bahia	3							4	2	2				1		39	2	53
Ceará	1						1	1		2			3			7	2	17
Maranhão																5	1	6
Paraíba												1				16	2	19
Pernambuco	3							1	3			1	2	1		14		25
Piauí														1		2		3
Rio Grande do Norte									1					1	1	7	2	12
Sergipe	1															2	4	7
Nordeste	8	0	0	0	0	0	1	6	7	4	0	2	7	5	1	101	14	156
Acre																4		4
Amapá														1		1		2
Amazonas									2				1	1		10		14
Pará	1	1							1				1			22	1	27
Rondônia																22		22
Roraima		1												1		1		3
Tocantins														1		2		3
Norte	1	2	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	2	4	0	62	1	75

Quadro 2 - Quantitativo de instituições autorizadas por tipo, com sede nas unidades da federação (UF) em março de 2015.

Cont.

Unidade da Federação/ Região	BM	BC	BD	CE	BI	B CAMB	CFI	CTVM	CC	DTVM	SAM	SCI e APE	SCM	AG FOM	CH	COOP	CONS	Total
Distrito Federal	2	1		1			1			2	1	1				16	9	34
Goiás														1		44	6	51
Mato Grosso														1		23	1	25
Mato Grosso do Sul													1			9		10
Centro- Oeste	2	1	0	1	0	0	1	0	0	2	1	1	1	2	0	92	16	120
Espírito Santo	1		1				3	1		1						33	4	44
Minas Gerais	7	1	1		1		1	8		5	1	2	6			201	19	253
Rio de Janeiro	9	3	1		3		2	16	9	29		1	3	1	1	61	7	146
São Paulo	87	13			10	2	23	54	33	58	23	2	14	1	3	245	63	631
Sudeste	104	17	3	0	14	2	29	79	42	93	24	5	23	2	4	540	93	1074
Paraná	7	1				1	6	3	5	3	1		4	1	1	124	23	180
Rio Grande do Sul	9		1				13	4	7	1	1	1	1	1	1	122	21	183
Santa Catarina							4		2	3			2	1		117	16	145
Sul	16	1	1	0	0	1	23	7	14	7	2	1	7	3	2	363	60	508
Totais	131	21	4	1	14	3	54	92	66	106	27	9	40	16	7	1158	184	1.933

Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/d201501/Quadro%2002%20%20Quantitativo%20de%20institui%C3%A7%C3%B5es%20por%20tipo%20com%20sede%20nas%20UFs.pdf>>, acesso em 14.mar.2015.

No Sudeste encontra-se a maior quantidade de sedes de instituições autorizadas por tipo. Há uma maior circulação monetária nessa região e a falta de agências bancárias e de profissionais certificados em instituições financeiras nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país são os principais motivos para a concentração dessas sedes na Região Sudeste, segundo dados do Ibracon (2013).

2. COOPERATIVAS DE CRÉDITO

As cooperativas de crédito integram o Sistema Financeiro Nacional. Fazem parte do subsistema operativo, atuando no mercado de crédito. São caracterizadas como instituições financeiras monetárias.

2.1 O CONCEITO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Cooperativa, segundo uma definição projetada pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI, ocorrido em Manchester, em 1995, citado por Ênio Meinen e Márcio Port (2010, p. 33) *“é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida.”*

Segundo Pinheiro (2008, p.7),

Cooperativa de Crédito são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objeto a prestação de serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas e de correspondente no País, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o sistema jurídico das sociedades cooperativas, citado por Helon (2000, p. 13) as *“cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados.”*

Para Createau (1968, p. 15), *“a cooperativa de crédito é uma extensão da economia doméstica. Existe apenas para promover os interesses econômicos e sociais dos seus associados”.*

Ainda para Createau (1968, p. 201), *“a cooperativa de crédito exerce uma dupla função: é tanto agência intermediária de poupança como mutuante e procura proteger os fracos e salvá-los da exploração dos usuários”.*

Pontes de Miranda, citado por Ênio Meinen e Márcio Port (2010, p. 34), define cooperativa como sendo a *“União de pessoas com interesses comuns, visando por meio da economia de escala, obter competitividade em sua área de interesse, ou seja, a organização solidária da atividade econômica.”*

Pinheiro (2008, p.7) define as cooperativas de crédito como *“um importante instrumento de desenvolvimento em vários países”*. E apesar do seu crescimento, é grande o desconhecimento sobre cooperativismo de crédito em nosso país, pois muitos consideram as cooperativas como instituições financeiras não bancárias, pois não possuem capacidade de criar moeda.

As cooperativas de crédito podem ser formadas por pessoas que praticam a mesma profissão ou atividade. Também existem cooperativas de crédito de livre admissão, nas quais, os grupos de associados são de diversas origens e atividades econômicas, mas se unem pelo mesmo objetivo.

Segundo o Bacen (2015) as cooperativas de crédito se classificam em singulares, centrais e confederações de cooperativas centrais.

- **Singulares:** prestam serviço financeiro apenas aos respectivos associados. Podem receber repasse de outras instituições financeiras e realizar aplicações no mercado, sendo compostas por no mínimo 20 pessoas.
- **Centrais:** prestam serviço às singulares, e são responsáveis por sua supervisão; compostas por no mínimo 3 singulares.
- **Confederações de Cooperativas Centrais:** prestam serviço às centrais e suas filiadas, e são compostas por no mínimo 3 centrais.

Cooperativas de crédito são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo como objeto a prestação de serviços financeiros, como concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio, fornecimento de talonário de

cheque, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor.

2.1 A ORIGEM DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Inúmeras formas de cooperação entre os homens foram experimentadas desde a antiguidade.

O histórico do Cooperativismo pode ser observado segundo Pinheiro (2008): o cooperativismo surgiu na Inglaterra, no início do século XIX, com a Revolução Industrial, quando a subjugação do trabalho ao capital deflagrou grandes movimentos sociais. Os operários tecelões, em 1843, organizaram uma sociedade civil e fundaram no dia 24 de outubro de 1844 a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale LTDA, que foi a primeira cooperativa da história.

Já o cooperativismo de crédito rural nasceu na Alemanha, pelas ideias de Friedrich Wilhelm Raiffeisen, natural de Renânia, quando criou no povoado Weyerbusch/Westerwald, a primeira associação de apoio para a população rural, com o objetivo de fomentar o crédito aos agricultores, que embora ainda não fosse uma cooperativa, serviria de modelo para sua futura atividade cooperativista.

O cooperativismo de crédito urbano também surgiu na Alemanha em 1867, na cidade de Delitzch, idealizado pelo magistrado Hermann Schulze.

No Brasil, o cooperativismo de crédito teve início em Nova Petrópolis/RS, em 28 de dezembro de 1902, por iniciativa do Padre Suíço Theodor Amstad, que ao lado de mais 19 pessoas fundou a 1ª Cooperativa de Crédito da América Latina que foi chamada de a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, e posteriormente batizada de Caixa Rural de Nova Petrópolis.

As cooperativas se espalharam rápido pelo Rio Grande do Sul e pelo Brasil e além das 25 cooperativas de crédito fundadas pelo Padre Theodor, outras foram sendo fundadas e transformaram a realidade de muitas outras cidades.

A Ditadura Militar, em 1964, criou uma legislação mais restritiva as cooperativas de crédito do Brasil, e essas enfrentaram duras restrições e seu crescimento só foi retomado quando grandes conquistas foram realizadas por ocasião da Constituição Federal de 1988, que reconheceu a importância das cooperativas de crédito.

Segundo o Portal do Cooperativismo, em meio ao Plano Collor, em 21 de março de 1990, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) é extinto. As Cooperativas de Crédito deixam do dia para noite de ter cheque compensado, forçando-as a fazer convênios com outras instituições financeiras, principalmente o Banco do Brasil. Apenas em 1994, a Resolução 2099/04 volta a permitir a abertura de Unidades de Atendimento (PAC's).

Em 1995, com a Resolução nº 2.193 é permitido a constituição de bancos comerciais, controlados por cooperativas de crédito, os bancos cooperativos. Surge então, o Banco SICREDI S.A e o BANCOOB S/A. Em 2000 a Resolução 2.788 autoriza a constituição de bancos múltiplos cooperativos.

A Resolução 3.106/03 do CMN em 2003, permite a criação de Cooperativas de Crédito de Livre Admissão, ampliando as possibilidades de crescimento das cooperativas, que até então eram vistas basicamente como cooperativas de crédito rural e crédito mútuo.

Em 2009 foi aprovada a Lei Complementar 130/2009 que reconhece para as Cooperativas de Crédito, direitos que já haviam sido reconhecidos através de Resoluções do Banco Central.

Em 2012 através da resolução 4.151/12 o CMN admitiu a possibilidade dos sistemas cooperativos publicarem um Balancete combinado, elaborado com base em informações financeiras das instituições integrantes do sistema cooperativo ao qual se refere, como se esse sistema representasse uma única entidade econômica. E também em 2012, a Resolução 4.150/12 o CMN criou a obrigatoriedade das cooperativas de crédito contribuírem para seu próprio Fundo Garantidor, o FGCoop, que é o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito, e as primeiras contribuições para esse fundo ocorreram em abril de 2014.

Pode-se observar que o cooperativismo ainda é uma atividade nova, com muito por evoluir, mas apresenta bons resultados. Está fundamentado na união de pessoas, e não apenas de capital. O cooperativismo é conhecido como um mecanismo forte para práticas de cidadania e bem-estar. Onde ele está instalado, leva o desenvolvimento econômico e a promoção social.

2.2 PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO

Os princípios cooperativistas definidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) são as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam seus valores à prática. São eles:

1º Adesão Livre e Voluntária: as cooperativas estão abertas a todas as pessoas, por ser uma organização voluntária, qualquer pessoa pode utilizar seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação social, política ou religiosa, desde que o faça de forma livre e espontânea, e atenda aos requisitos previstos no estatuto da entidade e adira aos princípios cooperativista, é o que dispõe o art. 29 da Lei 5.764/71.

2º Gestão Democrática: as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, através de representantes eleitos para conduzi-la, pela Assembléia Geral, onde cabe as decisões mais importantes da cooperativa. Cada cooperado tem direito a um voto independentemente da sua quotas de capital na entidade. O voto é um direito decorrente do simples ingresso na cooperativa, sendo igual para todos, segundo o Art. 42, da Lei nº 6.981, de 30/03/82.

3º Participação Econômica dos Membros: todos os cooperados participam da constituição financeira da cooperativa, através da integralização de suas quotas de capital, e, também se houver sobra, essa é distribuída entres os associados, de acordo com as operações que o associado realiza com a cooperativa.

4º Autonomia e Independência: as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. A

cooperativa não pode vincular-se a nenhuma entidade ou pessoa estranha ao seu quadro de cooperados. Pode firmar convênios para melhorar e ampliar suas atividades e serviços prestados. Todavia, estes recursos não podem resultar em desrespeito à autonomia dos seus sócios e nem a perda da democracia da entidade.

5º Educação, formação e informação: este princípio é de importância fundamental, uma vez que o cooperativismo constituiu sua própria doutrina, com princípios específicos, e não pode ser confundido com outros tipos de associação comum as demais existentes. É necessário que a cooperativa invista na educação de seus membros e comunidade em geral, como forma de respeito ao pensamento cooperativo, e como forma de incentivo às iniciativas de associações de indivíduos segundo o modelo proposto pela doutrina cooperativista.

6º Intercooperação das cooperativas: este princípio foi adotado a partir de 1966, pela Aliança Cooperativa Internacional, no Congresso de Viena. Preconiza que a cooperação e a união não sejam realizadas apenas entre os membros da cooperativa, mas também pelas cooperativas entre si, através de estruturas locais, regionais, nacionais e até internacionais.

7º Interesse pela comunidade: o principal objetivo de uma cooperativa é uma melhor condição de vida daqueles que a integram. Não se admite uma cooperativa visando obtenção de lucro. A história do cooperativismo demonstra que foi a preocupação com a comunidade que fez brotar toda a sua doutrina. A comunidade constitui, ao mesmo tempo, o objetivo e o objeto de toda verdadeira cooperativa.

2.3 CARACTERÍSTICAS DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

As sociedades cooperativas em geral estão reguladas pela Lei nº 5.764, de 1971 que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das cooperativas.

São sociedades de pessoas de natureza civil, com forma jurídica própria, constituídas para prestar serviços aos associados e que se distinguem das demais sociedades pelas seguintes características:

- adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- variabilidade do capital social, representado por cotas-partes;
- limitação do número de cotas-partes para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade;
- inacessibilidade das quotas partes do capital à terceiros, estranhos à sociedade;
- retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da assembleia geral;
- quorum para o funcionamento e deliberação da assembleia geral baseado no número de associados e não no capital;
- indivisibilidade do fundos de reserva e de assistência técnica educacional e social;
- neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;
- prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, ao empregados da cooperativa;
- área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

Segundo dados do Bacen (2015), as cooperativas de crédito podem ser dirigidas e controladas pelos próprios associados, os quais são quem decidem sobre o planejamento da cooperativa em assembleias.

O objetivo de uma cooperativa de crédito é prestar serviços financeiros de modo mais simples e vantajoso aos seus associados, possibilitando o acesso ao crédito e a outros produtos financeiros (aplicações,

investimentos, empréstimos, financiamentos, recebimento de contas, seguros, etc.).

A aplicação dos recursos de poupança é direcionada aos cooperados, contribuindo para o desenvolvimento da cooperativa. Além do atendimento personalizado, os cooperados podem ter acesso ao crédito com prazos e condições mais favoráveis. Os cooperados ainda podem se beneficiarem com o retorno de eventuais sobras ou excedentes, conforme decisão em assembléia.

As cooperativas de crédito podem oferecer praticamente todos os serviços e produtos financeiros disponibilizados pelos bancos, desde que os clientes sejam seus associados. Para ser associado é necessário a integralização de uma cota do capital da cooperativa.

2.4 DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Segundo o site da SEBRAE (2015), como em toda associação, com ou sem fins lucrativos, o cooperativismo estabelece direitos e deveres aos seus associados. Entre eles estão:

a) Direitos:

- Frequentar as assembleias gerais, decidindo pelo voto os assuntos de interesse da sociedade;
- Votar e ser votado para cargos administrativos, fiscais ou outras funções;
- Ser consumidor e usuário dos serviços oferecidos pela cooperativa;
- Receber retorno proporcional das sobras de capital;
- Solicitar esclarecimentos aos membros do conselho;
- Retirar seu capital ao se desligar da sociedade, de acordo com o estabelecido no estatuto.

b) Deveres:

- Subscrever e integralizar as cotas-partes de capital fixadas no estatuto para ingressar na cooperativa;
- Respeitar as decisões votadas nas assembleias gerais, que representam a vontade da maioria;
- Zelar pelo interesse comum e pela autonomia da sociedade;
- Debater ideias e decidir, os objetivos e metas de interesse de todos;
- Denunciar ao Conselho de Administração ou Fiscal os procedimentos indevidos de que tomar conhecimento;
- Participar do rateio das despesas comuns da cooperativa.

O cooperado deve estar ciente de sua função de dono e usuário da cooperativa e deve contribuir da melhor maneira possível para que todas as decisões sejam corretas e as melhores para o desenvolvimento da cooperativa.

2.5 COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO MUNDO

Segundo dados do Sicoob Coopemesp (20015), o cooperativismo de crédito representa um movimento de âmbito universal, tendo como fundamento um corpo de doutrinas e princípios baseados na solidariedade entre as pessoas e, evoluindo verticalmente, resulta na união das cooperativas desde o plano local até o internacional.

A ACI - Aliança Cooperativa Internacional é a entidade que reúne cooperativas de quase 90 países, representando aproximadamente 800 milhões de pessoas associadas. É, portanto, a maior organização não governamental do mundo.

Segundo o Portal do Cooperativismo (2015) em alguns países, como Irlanda e Canadá, o cooperativismo de crédito vem ocupando, com bastante eficiência, espaços deixados pelas instituições bancárias, como resposta ao fenômeno mundial da concentração, reflexo da forte concorrência no setor financeiro. As cooperativas estão conseguindo manter os empregos

nas pequenas comunidades e ofertando serviços mais adequados às necessidades locais.

A figura abaixo mostra onde estão as maiores instituições cooperativas no mundo.

Figura 1- Maiores Instituições Cooperativas no Mundo



Fonte: Portal do Cooperativismo. Disponível em: <
<http://cooperativismodecredito.coop.br/2011/10/global-300-cooperative-e-divulgado-pela-aci-trata-se-da-lista-das-300-maiores-empresas-cooperativas-do-mundo/>>, acesso em 09.jun.2015.

Segundo ainda dados do Portal do Cooperativismo, as maiores instituições financeiras cooperativas no mundo, em 2011, eram Crédit Agricole Group, localizada na França, com um faturamento de US\$ 103.58 bilhões, seguido do Group Caisse d'Épargne, também localizado na França, com um faturamento de US\$ 58.54 bilhões.

Em termos nacionais os principais países em número de filiados, segundo estatísticas da ACI no final dos anos 90 do Sec. XX são: Índia com 175 milhões de cooperados; China com 160 milhões; EUA com mais de 150 milhões; Japão, 56 milhões; França, mais de 13 milhões; Canadá, mais de 18

milhões; Reino Unido, mais de 8 milhões; Romênia, 6 milhões e o Brasil com um volume mais modesto de 4 milhões.

2.5.1 Cooperativismo Financeiro Mundial

Segundo dados do WOCCU (Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito), citado pelo Portal do Cooperativismo (2015), em 2013 existiam 56.904 cooperativas de crédito no mundo em 103 países, tendo um total de cerca de 210 milhões de cooperados, conforme abaixo:

Tabela 3- Dados estatísticos do cooperativismo financeiro mundial

Continente	Países	Cooperativas Financeiras	Associados
África	25	22.385	17 milhões
América do Norte	2	7.405	107,6 milhões
América Latina	15	2.540	24 milhões
Ásia	21	21.570	42 milhões
Caribe	19	398	3,2 milhões
Europa	12	2.390	9,2 milhões
Oceania	9	216	4,9 milhões
Total	103	56.904	207,9 milhões

Fonte: Portal do Cooperativismo. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo-de-credito-no-mundo/a-expressao-mundial/>>, acesso em 20 jul. 2015.

Esses dados demonstram apenas a expressão mundial das cooperativas de crédito. Não estão inclusa nessas informações, os bancos cooperativos, visto que eles não integram o WOCCU.

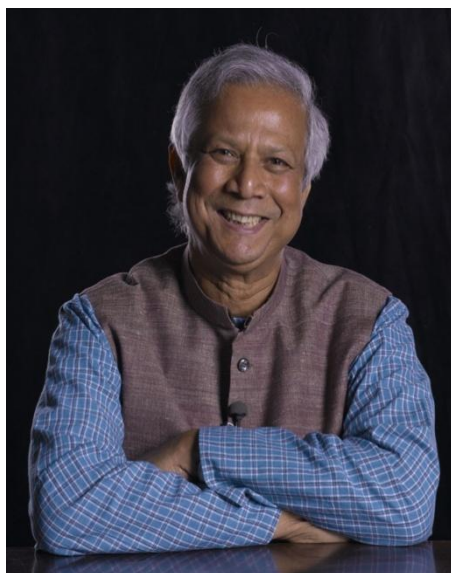
De acordo com dados registrados da EACB (Associação Européia dos Bancos Cooperativos), no mundo existiam 224 milhões de clientes, dos quais 68 milhões eram associados, de 23 países diferentes e de 5.142 instituições financeiras cooperativas.

A partir dessas informações, chega-se a um número aproximado de 520 milhões de pessoas que são associadas a cerca de 90 mil cooperativas financeiras no mundo inteiro.

2.5.2 A experiência de Muhammad Yunus na Índia

Segundo dados do Yunun Negócios Sociais (2015), Yunus, vencedor do Prêmio Nobel da Paz, em 2006, foi o idealizador e realizador de uma experiência pioneira de microcrédito. Era professor em Bangladesh nos anos 70, depois de ter se formado doutor em economia, notou o povo da aldeia cada vez mais pobre e convivendo com diversos agiotas, que os exploravam.

Figura 2- Mahummad Yunus



Fonte: Muhammad Yunus. Disponível em: <<http://www.vitalvoices.org/vital-voices-women/featured-voices/muhammad-yunus>>, acesso em 07.set.2015

Esse foi o primeiro passo, a semente, para a criação do Grammen Bank (banco da aldeia), mais conhecido como o “banco dos pobres”. Criado em 1983, foi a primeira instituição financeira no mundo especializada em microcrédito. Yunus em sua primeira experiência emprestou dinheiro do próprio bolso a quem necessitava, a maioria, mulheres, sem garantia e exigências tradicionais dos bancos comerciais.

Os bancos não aceitavam emprestar dinheiro a essa população pobre, que não tinham como comprovar sua renda, então, Yunus se ofereceu fiador e até hoje os empréstimos são feitos baseados exclusivamente na confiança e não em contratos.

O Grameen Bank tornou-se um banco oficial para fornecer empréstimos aos pobres, principalmente mulheres na zona rural de Bangladesh. Hoje o Grameen Bank tem mais de 8,4 milhões de mutuários, 97% dos quais são mulheres, e desembolsa mais de 1,5 bilhões de dólares por ano. A ideia se espalhou por quase todos os países do mundo, incluindo países desenvolvidos e industrializados.

O Grammen Bank, é uma forma de cooperação para com a classe mais pobre, não visa o lucro, e sim as pessoas. Hoje ele têm influência em todo mundo.

3. COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO BRASIL

Segundo Pinho (2004), as cooperativas de crédito vêm apresentando notáveis crescimentos desde o Governo Militar (1964), resistindo mais às turbulências e recessões econômicas do que os bancos tradicionais.

Loredo de Souza e Meinen (2010, p. 27), explicam que as cooperativas vem apresentando um crescimento acentuado no Brasil, mostrando vigorosa evolução nos números de postos de atendimento, de associados, na estrutura patrimonial, nos depósitos e nos empréstimos.

De acordo com Pinheiro (2008, p. 13) em junho de 2008, o sistema cooperativo de crédito no Brasil encontrava-se estruturado com dois bancos cooperativos, sendo um múltiplo e o outro comercial, cinco confederações, uma federação, 38 cooperativas centrais e 1.423 cooperativas singulares, com 4.044 pontos de atendimento, somando mais de três milhões de associados. Dentre as singulares, 152 eram de livre admissão de associados, 74 eram de empresários, 386 eram de crédito rural e 881 eram dos demais tipos.

3.1 A ATUAL ESTRUTURA DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL

Segundo dados do Bacen (2015) as cooperativas de crédito estão inseridas no meio econômico financeiro do país desde 1902. Se apresentam com singular importância para a sociedade brasileira, na medida em que promovem a aplicação de recursos privados e públicos, assumindo os correspondentes riscos em favor da própria comunidade onde se desenvolvem.

No início, as cooperativas tiveram grande expansão e importância dentro da realidade de muitas comunidades no país, porém, com o advento da regulamentação, bastante restritiva, imposta na época pelo Governo Federal, o desenvolvimento do cooperativismo de crédito teve sua ascensão comprometida.

Em meados dos anos 80 o segmento contava com 430 cooperativas de crédito, em dezembro de 2006 contava com 1.452 cooperativas de crédito distribuídas em todo o território nacional, com maiores participações no Sudeste e Sul, além de 2.340 PACs (pontos de atendimento cooperativo) que somados às cooperativas totalizam 3.792 pontos de atendimento aos cooperados, com 3,2 milhões de associados, proporcionando 30.396 empregos diretos.

A Organização das Cooperativas Brasileiras OCB (2015) em sua interpretação divide o cooperativismo de crédito no país em 05 grandes blocos: SICOOB, SICREDI, UNICRED, CECRED e CONFESOL.

- **SICOOB**: (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil)- este é o maior sistema financeiro cooperativo do país com mais de 2,9 milhões de associados, 2,2 mil pontos de atendimentos, distribuídos em 25 estados e no Distrito Federal. Possui todos os produtos e serviços bancários, mas não é banco. É uma cooperativa financeira, onde os clientes são os donos e por isso os resultados financeiros são divididos entre os cooperados.
- **SICREDI**: (Sistema de Crédito Cooperativo) - formado por 100 cooperativas singulares filiadas, quatro centrais regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A., uma confederação, uma fundação e um banco cooperativo e suas empresas controladas. Todas essas entidades adotam um padrão operacional único. A atuação em sistema permite ganhos de escala e aumenta o potencial das cooperativas financeiras para exercer a atividade em um mercado no qual estão presentes grandes conglomerados financeiros.
- **UNICRED**: (Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Saúde) - é formado por um conjunto de instituições financeiras cooperativas, com forma e natureza própria, sem fins lucrativos. O Sistema Unicred conta hoje

com 47 Cooperativas, aproximadamente 280 Unidades de Negócios em 8 estados brasileiros e cerca de 197 mil cooperados, 05 Uniced's Centrais e a uma Confederação Nacional, com unidades em São Paulo, Porto Alegre e Florianópolis.

- **CECRED:** (Cooperativa Central de Crédito Urbano) - Atualmente, o Sistema Cecred pode atuar nos três estados do Sul do Brasil. É composto por 14 Cooperativas Singulares, presentes em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, e 1 Cooperativa Central, localizada em Blumenau – SC.
- **CONFESOL:** (Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária) - representa as cooperativas vinculadas ao movimento da agricultura familiar e economia com interação solidária. A Confesol congrega cerca de 160 cooperativas singulares e 474 pontos de atendimento (média de 2,96 pontos de atendimento por cooperativa), organizadas em quatro centrais

A opção por reunirem em sistemas é uma resposta à grande concorrência encontrada no mercado financeiro brasileiro, sendo esta a única alternativa para fazer frente aos grandes conglomerados financeiros existentes.

3.2 TIPOS DE COOPERATIVAS

Existem vários tipos de cooperativas de crédito, destinadas a vários ramos. Abaixo, o quadro mostra a quantidade e o tipo de cooperativas de crédito existentes, com base nos anos de dez/2011 a jan/2015, mostrando rigorosa evolução nesse período, conforme a seguir:

Tabela 4 - Quantitativo de cooperativas de crédito por tipo

Tipo das Cooperativas	Dez/11	Dez/12	Dez/13	Dez/14	Jan/15
Confederação	1	1	2	2	2
Cooperativas centrais	38	38	37	38	37
Segmentação por tipo					
Crédito Rural	292	258	242	229	226
Crédito Mútuo/ Atividade Profissional	167	149	131	113	112
Crédito Mútuo/ Empregados	467	431	414	395	393
Crédito Mútuo/ Vínculo Patronal	42	38	35	32	32
Crédito Mútuo/ Empreendedores- Micro e Pequenos	19	16	13	13	12
Crédito Mútuo/ Livre Admissão - até 300 mil habitantes	169	176	170	156	155
Crédito Mútuo/ Livre Admissão - de 300 mil a 750 mil habitantes	56	63	71	76	76
Crédito Mútuo/ Livre Admissão - de 750 mil a 2 milhões de habitantes	23	33	43	53	57
Crédito Mútuo/ Livre Admissão - acima de 2 milhões de habitantes		2	6	11	11
Crédito Mútuo/ Origens diversas	30	41	39	39	39
Luzzatti	8	8	6	6	6
Subtotal (singulares)	1273	1215	1170	1123	1119
Total	1312	1254	1209	1163	1158

Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em < [http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/d201501/Quadro% 2003%20 %20Quantitativo%20de% 20cooperativas%20de%20cr% C3%A9dito% 20por% 20tipo% 20e%20ramo%20de%20atividade.pdf](http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/d201501/Quadro%2003%20%20Quantitativo%20de%20cooperativas%20de%20cr%C3%A9dito%20por%20tipo%20e%20ramo%20de%20atividade.pdf)> , acesso em 29.jun.2015.

Analisando os dados, percebe-se que o segmento que mais cresceu entre dez/2011 a jan/2015 foi o de Crédito Mútuo/Livre Admissão - de 750 mil a 2 milhões de habitantes, que teve um aumento de 147,83%, e o segmento que mais caiu nesse período foi o de Crédito Mútuo/ Empreendedores-Micro e Pequenos, tendo uma queda de 36,84%.

Os outros segmentos também cresceram e caíram ao longo desse período, mas o motivo para a livre admissão ter crescido muito, principalmente em cidades maiores (750 mil a 2 milhões de habitantes), foi que qualquer pessoa agora poderia ser um associado, sem precisar fazer parte de um grupo específico ou ser um produtor rural, por exemplo, tendo ainda muito mais vantagens em relação aos bancos.

3.3 COOPERTATIVAS DE CRÉDITO X BANCOS COMERCIAIS

É importante conhecer as diferenças entre essas duas instituições. Quais são, então, os objetivos de uma cooperativa de crédito e os de uma instituição financeira tradicional?

Segundo Lourendo de Souza e Meinen (2010,p.38), a cooperativa de crédito nasce da vontade e da necessidade de um grupo de pessoas que se congregam para trocas de soluções. Já a instituição financeira nasce da vontade do dono do capital com o único objetivo de ampliar o capital investido. Em outras palavras, na cooperativa prevalece o interesse do associado, enquanto que numa instituição financeira comum é o interesse do ofertador do serviço, ou seja, o dono do capital.

Nas cooperativas de crédito, as soluções são resolvidas pelo próprio associado, enquanto que nos bancos, esses são simples clientes. É muito diferente o grau de preocupação, em satisfazer propósitos, de atender demandas, numa relação da instituição com o usuário, que é ao mesmo tempo dono do negócio (associado), do que num relacionamento descompromissado da empresa com um mero cliente, que é apenas um terceiro.

As cooperativas de crédito, porém, não possuem ainda alguns produtos que os bancos comuns possuem, devido a sua estruturação recente, que é mais vulnerável a erros, como por exemplo, “risco operacional”, que envolve falhas vindas de problemas com software, etc. Nesse aspecto, os bancos possuem mais experiências, pelo seu longo tempo de atuação no mercado.

Muitas cooperativas começaram em setores específicos, como por exemplo, produtores agrícolas, médicos, etc, mas muitas já são de livre admissão, consideradas como tendo alcançado uma segunda fase de crescimento.

O quadro a seguir mostra as principais diferenças entre cooperativas de crédito e bancos comuns.

Quadro 3 - Principais diferenças entres cooperativas de crédito e bancos

<u>BANCOS</u>	<u>COOPERATIVAS DE CRÉDITO</u>
a) São sociedades de capital	a) São sociedades de pessoas
b) O poder é exercido na proporção do número de ações	b) O voto tem peso igual para todos (uma pessoa, um voto)
c) As deliberações são concentradas	c) As decisões são partilhadas entre muitos
d) O administrador é um 3º (homem de mercado)	d) O administrador é do meio (cooperativado)
e) O usuário das operações é mero cliente	e) O usuário é o próprio dono (cooperativado)
f) O usuário não oferece qualquer influência na definição do preço dos produtos	f) Toda política operacional é decidida pelos próprios usuários/donos (cooperativados)
g) Podem tratar distintamente cada usuário	g) Não podem distinguir: o que vale pra um, vale pra todos (art.37 da Lei 5.764/71)
h) Preferem o grande popador e as maiores corporações	h) Não discriminam, voltando-se mais para os menos abastados
i) Priorizam os grandes centro (embora não tenham limitação geográfica)	i) Não restringem, tendo forte atuação nas cmunidades mais remotas (mesmo porque, em razão de sua natureza comunitária, têm limitação de área geográfica)
j) Tem propósitos mercantilistas	j) A mercadoria não é cogitada (art.79, parágrafo único da Lei nº 5.764/71)
k) A remuneração das operações e dos serviços não tem parâmetro/limite	k) O preço das operações e dos serviços visa à cobertura de custos (taxa de administração)
l) Atendem em massa, priorizando, ademais, o autosserviço	l) O relacionamento é personalizado/ individual, com o apoio da informática

Quadro 3 - Principais diferenças entres cooperativas de crédito e bancos

Cont.

<u>BANCOS</u>	<u>COOPERATIVAS DE CRÉDITO</u>
m) Não tem vínculo com a comunidade e o público-alvo	m) Estão comprometidos com as comunidades e os usuários
n) Avançam pela competição	n) Desenvolvem-se pela cooperação
o) Visam o lucro por excelência	o) O lucro está fora do seu objetivo (art. 3º da Lei nº 5.764/71)
p) O resultado é de poucos donos (nada é dividido entre os clientes)	p) O excedente (sobras) é distribuído entre todos (usuários), na proporção das operações individuais, reduzindo ainda mais o preço final pago pelos cooperativados.
q) No plano societário, são regulados pela Lei das Sociedades Anônimas	q) São reguladas pela Lei Cooperativista.

Fonte: Cooperativas de Crédito - Lored de Souza e Meinen

São muitas as razões que podem motivar alguém a fazer parte de uma cooperativa de crédito e pode-se afirmar ainda que há mais flexibilidade e justiça no relacionamento entre cooperativa e cooperado, do que entre banco e cliente.

3.4 O CRESCIMENTO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Segundo dados do Bacen, citado pelo Sicoob Credpom, o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC), composto por cerca de 1.100 cooperativas de crédito singulares, suas centrais, confederações e por dois bancos cooperativos, apresentou um crescimento significativo no terceiro trimestre de 2014, o que colocou as cooperativas de crédito no mesmo patamar de capitalização da Caixa Econômica Federal, que tem R\$ 26 bilhões de patrimônio líquido.

Enquanto o SFN cresceu 2,6% em volume de depósitos, as cooperativas de crédito cresceram 20,5%, seguida pela Caixa, que cresceu

11,6%. Com relação às operações de crédito, o SFN cresceu 7,9% em 2014 e as instituições cooperativas financeiras cresceram 12,9%, atrás apenas da Caixa que cresceu 17,1% no período.

De acordo com dados do Bacen, um ranking mostra as maiores instituições financeiras, levando em conta, o valor em operações de crédito e o número de depósitos de cada instituição.

As tabelas a seguir mostram esse ranking onde fica claro o crescimento das cooperativas de crédito, tanto nas operações de crédito, quanto nos depósitos.

Os dados são dos anos de 2012 a 2014, e por eles se percebe que nas operações de crédito, todas as instituições financeiras cresceram, e as cooperativas de crédito ganham destaque, ficando na frente do HSBC.

Já nos depósitos, o Banco Bradesco teve uma queda em 2014, e os Bancos Safra e Citibank, mostraram regresso no período correspondente nos números de seus depósitos, e as cooperativas de crédito aumentaram os números de seus depósitos em 4,90%, ficando a frente do HSBC.

Segundo ainda o Bacen, as cooperativas de crédito cresceram num total de 20% no volume de depósitos e 23% no volume de empréstimos.

Tabela 5 - Instituições financeiras brasileiras nas operações de crédito

Instituição Financeira	Operações de Crédito em 2012	%	Operações de Crédito em 2013	%	Operações de Crédito em 2014	%
Banco do Brasil	490.532.302	20,82	583.349.637	21,25	645.028.781	20,89
Itaú	312.386.639	13,26	350.693.120	12,78	390.476.483	12,65
Caixa	353.739.502	15,02	485.487.787	17,69	597.108.812	19,34
Bradesco	259.804.405	11,03	290.645.062	10,59	313.669.882	10,16
Santander	184.579.767	7,84	195.090.085	7,11	207.049.291	6,71
Cooperativismo Financeiro	61.173.860	2,60	75.472.977	2,75	89.433.243	2,90

Tabela 5 - Instituições financeiras brasileiras nas operações de crédito

Cont.

Instituição Financeira	Operações de Crédito em 2012	%	Operações de Crédito em 2013	%	Operações de Crédito em 2014	%
HSBC	47.420.586	2,01	53.740.961	1,96	56.241.941	1,82
Safra	41.982.184	1,78	45.713.543	1,67	46.547.940	1,51
Citibank	13.833.712	0,59	10.745.666	0,39	11.467.018	0,37
Banrisul	23.177.797	0,98	25.407.900	0,93	28.678.567	0,93
Total do SFN	2.355.807.043		2.744.731.987		3.087.589.232	

Fonte: Adaptado de Portal do Cooperativismo. Disponível em < http://cooperativismodecredito.coop.br/wp-content/uploads/2015/04/2014-Dados_Cooperativas_Financeiras_cr%C3%A9dito.jpg >, acesso em: 01. Jul.2015.

Tabela 6 - Instituições financeiras brasileiras nos depósitos

Instituição Financeira	Depósitos em 2012	%	Depósitos em 2013	%	Depósitos em 2014	%
Banco do Brasil	472.872.818	26,76	491.349.464	26,04	469.680.089	23,77
Itaú	246.784.385	13,97	282.591.653	14,97	310.831.489	15,73
Caixa	319.041.023	18,06	361.055.188	19,13	419.338.756	21,22
Bradesco	212.596.236	12,03	219.022.884	11,61	212.507.911	10,75
Santander	126.624.902	7,17	134.467.027	7,13	143.887.187	7,28
Cooperativismo Financeiro	67.118.911	3,80	80.809.424	4,28	96.791.890	4,90
HSBC	54.319.625	3,07	55.003.829	2,91	57.727.489	2,92
Safra	12.046.015	0,68	10.180.197	0,54	9.781.404	0,50
Citibank	15.880.493	0,90	14.817.484	0,79	14.278.844	0,72
Banrisul	27.054.722	1,53	30.898.709	1,64	34.302.822	1,74
Total do SFN	1.766.826.769		1.887.116.899		1.975.907.221	

Fonte: Adaptado de Portal do Cooperativismo. Disponível em < http://cooperativismodecredito.coop.br/wp-content/uploads/2015/04/2014-Dados_Cooperativas_Financeiras_dep%C3%B3sitos.jpg >, acesso em 01. Jul.2015.

Segundo dados do Bacen, o mercado bancário Brasileiro, teve em junho de 2014 um total de ativos no valor de R\$ 6,858 trilhões, sendo representado por cerca de 130 bancos, 1.150 cooperativas de crédito e mais 300 outras instituições.

Abaixo, estão as maiores redes de atendimento no Brasil, com base em dezembro de 2013.

Tabela 7 - As maiores instituições financeiras do Brasil em postos de atendimento.

Instituição Financeira	Qtde de agências	% do total
Banco do Brasil	5.450	19,55%
Cooperativas Financeiras	4.959	17,78%
Bradesco	4.650	16,68%
Itaú	3.904	14,01%
Caixa Econ. Federal	3.288	11,80%
Santander	2.658	9,54%
HSBC	864	3,10%
Banrisul	511	1,83%
Banco do Nordeste	231	0,83%
Mercantil do Brasil	192	0,69%
Sub- total	26.707	95,80%
Total no país	27.877	100%

Fonte: Bacen. Adaptado pelo Portal do Cooperativismo. Disponível em <<http://cooperativismodecredito.coop.br/wp-content/uploads/2013/06/Rede-de-atendimento-sem-PABs.jpg>>, acesso em: 01. jul.2015.

Segundo o Portal do Cooperativismo, das mais de 27 mil agências bancárias e cooperativas financeiras, 18% são cooperativas. Isso significa que 1 em cada 5 agências bancárias no país, é uma cooperativa de crédito.

Ainda segundo o Portal do Cooperativismo, a Revista Exame, publicou em 2014, a relação dos bancos brasileiros com maior quantidade de clientes.

A relação permite uma análise pontual das instituições e mostra a classificação das cooperativas de crédito em 6ª posição no ranking, conforme abaixo:

Tabela 8 - As maiores instituições financeiras do Brasil em números de clientes

Instituição Financeira	Qtde de Clientes	Ranking	% do total
Banco do Brasil	39.786.369	1º	26%
Bradesco	26.399.933	2º	17%
Caixa Federal	25.491.000	3º	17%
Itaú Unibanco	21.920.000	4º	14%
Santander	21.808.000	5º	14%
Cooperativas Financeiras	7.000.000	6º	5%
Banrisul	3.735.650	7º	2%
HSBC	3.267.211	8º	2%
Banco do Nordeste do Brasil	1.883.983	9º	1%
Banco de Brasília	482.590	10º	0%
TOTAL	134.830.440		100%

Fonte: Revista Exame, adaptado pelo Portal do Cooperativismo, disponível em <<http://cooperativismodecredito.coop.br/wpcontent/uploads/2013/06/Associados-x-clientes.jpg>>, acesso em: 01. Jul. 2015.

As cooperativas de crédito aumentaram o número dos seus associados, devido as condições mais favoráveis que possui. Em 2014, as cooperativas tinham mais *clientes* do que o HSBC, e elas não param de crescer.

O quadro a seguir, compara as principais taxas de juros praticadas pelas Cooperativas de Crédito e pelo Banco do Brasil, com base em setembro de 2015.

Quadro 4 - Principais taxas de juros das Cooperativas de Crédito e do Banco do Brasil

Tipo de Crédito	Taxas das Cooperativas de Crédito	Taxas do Banco do Brasil
Financiamento de Veículo	2,2 %	1,90 %
Crédito Rural	7,75 % ao ano	8,75 % ao ano
Consignado INSS	1,85 %	2,13 %
Crédito Pessoal	2,29 %	4,64 %
Cheque Especial	4,43 %	11,00 %
Desconto de Cheque	2,7 %	3,33 %

Fonte: Adaptado do Banco Central do Brasil. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/pt-br/sfn/infopban/txcred/txjuros/Paginas/default.aspx>>, acesso em: 03.out.2015.

De acordo com o quadro, as cooperativas de crédito apresentam de fato, taxas mais atrativas do que o Banco do Brasil, não em todas as modalidades, mas na maioria. A taxa de juros que chama mais atenção é taxa de Cheque Especial, que na Cooperativa de Crédito, a média é de 4,43% ao mês e no Banco do Brasil chega até a 11% ao mês.

Com as taxas de juros em ritmo acelerado, as cooperativas de crédito se destacam para as pessoas que buscam uma opção mais barata de acesso ao crédito.

3.5 AS MAIORES COOPERATIVAS FINANCEIRAS DO BRASIL

De acordo com dados do Portal do Cooperativismo Financeiro, em 2014, dentre as 100 maiores cooperativas de crédito brasileiras, destacaram-se em maior número de ativos totais, operações de crédito, depósitos e patrimônio líquido, as seguintes cooperativas:

Tabela 9 - Maiores Cooperativas Financeiras Brasileiras

POSIÇÃO	SIGLA	UF	MUNICÍPIO
1º	SICOOB CREDICITRUS	SP	BEBEDOURO
2º	VIACREDI	SC	BLUMENAU
3º	SICOOB COOCRED	SP	SERTÃOZINHO
4º	SICREDI OURO VERDE MT	MT	LUCAS DO RIO VERDE
5º	SICOOB COOPERFORTE	DF	BRASÍLIA
6º	CREDICOAMO	PR	CAMPO MOURAO
7º	SICREDI UNIAO PR/SP	PR	MARINGA
8º	SICREDI PIONEIRA RS	RS	NOVA PETRÓPOLIS
9º	SICOOB CREDICOM	MG	BELO HORIZONTE
10º	SICREDI VANGUARDA PR/SP	PR	MEDIANEIRA
11º	SICREDI UNIÃO RS	RS	CERRO LARGO
12º	SICREDI CELEIRO DO MT	MT	SORRISO
13º	SICREDI REGIÃO DOS VALES RS	RS	ENCANTADO
14º	UNIPRIME NORTE DO PARANÁ	PR	LONDRINA
15º	SICREDI VALE DO PIQUIRI ABCD	PR	PALOTINA
16º	SICREDI SERRANA RS	RS	CARLOS BARBOSA
17º	SICOOB MAXICRÉDITO	SC	CHAPECO
18º	SICREDI PLANALTO GAUCHO RS	RS	CRUZ ALTA
19º	SICREDI REGIAO CENTRO RS	RS	SANTA MARIA
20º	UNICRED CENTRO BRASILEIRA GO	GO	GOIANIA
21º	SICOOB CREDICOONAI	SP	RIBEIRÃO PRETO

Tabela 9 - Maiores Cooperativas Financeiras Brasileiras

Cont.

POSIÇÃO	SIGLA	UF	MUNICÍPIO
22º	SICREDI CENTRO-SUL MS	MS	DOURADOS
23º	SICOOB COOPECREDI	SP	GUARIBA
24º	SICREDI NORTE RS/ SC	RS	ERECHIM
25º	SICOOB LESTE CAPIXABA	ES	LINHARES

Fonte: Adaptado de Portal do Cooperativismo. Disponível em: <
http://cooperativismodecredito.coop.br/wp-content/uploads/2015/03/MaioresCooperativas_Financeiras_doBrasil_2014.jpg>, acesso em 20. Jul. 2015.

Tabela 10 – As 100 maiores cooperativas brasileiras por região

REGIÃO	QUANTIDADE DE COOPERATIVAS
NORTE	2 %
NORDESTE	3 %
CENTRO- OESTE	16 %
SUDESTE	12 %
SUL	67 %
TOTAL	100 %

Fonte: Adaptado de Portal do Cooperativismo. Disponível em: <
http://cooperativismodecredito.coop.br/wp-content/uploads/2015/03/MaioresCooperativas_Financeiras_doBrasil_2014.jpg>, acesso em 07. ago. 2015.

As cooperativas de crédito mais conhecidas na região de Franca-SP, conforme a tabela 7 são: Sicoob Credicitrus, Sicoob Cocred e Sicoob Credicoonai. Ambas ocupam uma posição elevada no ranking.

Na tabela 8, as maiores cooperativas brasileiras concentram-se na região Sul, com 67%, seguida da região Centro-Oeste, com 16%; a região

Sudeste possui 12% e as regiões Norte e Nordeste, possuem 2% e 3% respectivamente.

Conforme os dados, as regiões Sul e Sudeste, concentram 79% das maiores cooperativas de crédito no Brasil e essas regiões são consideradas as mais prósperas do país.

O cooperativismo tem firmado sua participação e posição de destaque na economia brasileira nos últimos anos, mostrando uma construção de sociedade mais justa.

CONCLUSÃO

Cooperativas de crédito são instituições financeiras que fazem parte do SFN, constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, que tem como objetivo a prestação de serviços financeiros aos seus associados como acesso ao crédito por exemplo, proporcionando mais vantagens do que os bancos tradicionais.

Na cooperativa prevalece o interesse do associado, enquanto que numa instituição financeira comum o que prevalesse é o interesse do dono do capital. Nas cooperativas, as soluções são resolvidas pelo próprio cooperado, enquanto que nos bancos, esses são considerados simples clientes. São muitas as razões que podem motivar alguém a fazer parte de uma cooperativa de crédito e há muito mais flexibilidade e justiça no relacionamento entre cooperativa e cooperado, do que entre banco e cliente.

O cooperativismo de crédito no mundo representa um âmbito universal. No Brasil, as cooperativas de crédito vêm apresentando crescimentos desde o Governo Militar, segundo Pinho (2004). Cresceram tanto em número de cooperados, quanto em número de PACs, empréstimos e depósitos, isso devido às condições mais favoráveis que possuem.

A importância do desenvolvimento das cooperativas financeiras no Brasil demonstra a conscientização sobre um modelo econômico que privilegia os próprios cooperados, e desempenha também um papel fundamental no fortalecimento das perspectivas para a redução de desigualdades e promoção de um crescimento econômico sustentável.

Segundo o Presidente do Sicoob Credicoonai, Henrique Vilares, citado pelo Portal do Cooperativismo (2015), as cooperativas de crédito têm desempenhado um papel fundamental no cenário econômico. A cada ano que passa, elas competem com mais força no mercado financeiro e se firmam como uma alternativa de modelo econômico, rentável e mais vantajoso para os cooperados.

Atualmente, as cooperativas financeiras são as únicas responsáveis por atender milhares de pessoas em 561 municípios brasileiros.

Até o final de 2015, a previsão é que as cooperativas de crédito encerrem o ano com 7 milhões de cooperados, distribuídos em cerca de 1.100 entidades, divididas em 5,2 mil postos de atendimento espalhados em todo país.

Contudo, as cooperativas de crédito podem permitir a realização econômica para seus associados e o cooperativismo poderá ser um modelo fundamental para a construção de uma economia mais equilibrada e sustentável.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS - O Sistema Financeiro Nacional. Disponível em: <http://www.apb.pt/sistema_financeiro/o_que_e>. Acesso em 15. mar. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – Organização do SFN. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2015_03/refC4P.pdf>. Acesso em: 05. Ago. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL- Carteiras e Bancos Múltiplos. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/d201501/Quadro%2009%20-%20Carteiras%20de%20bancos%20m%C3%BAltiplos.pdf>>. Acesso em: 01. mar. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL- Instituições autorizadas por segmento. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/d201501/Quadro%2001%20-%20Quantitativo%20de%20institui%C3%A7%C3%B5es%20por%20segmento.pdf>>. Acesso em: 14. mar.2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - Instituições autorizadas por tipo, com sede nas UFs. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/d201501/Quadro%2002%20-%20Quantitativo%20de%20institui%C3%A7%C3%B5es%20por%20tipo%20com%20sede%20nas%20UFs.pdf>>. Acesso em: 14. mar. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - Sistema Financeiro Nacional. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMP>>. Acesso em 01. mar. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – Taxas de juros de operações de crédito. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/sfn/infopban/txcred/txjuros/Paginas/default.aspx>. Acesso em 03. Out. 2015.

BRASIL ECONÔMICO – Finanças. Disponível em: <
<http://brasileconomico.ig.com.br/financas/2015-03-06/inadimplencia-cresce-e-credito-encolhe-em-2015-diz-presidente-da-acrefi.html>>. Acesso em: 05. Ago. 2015.

CONTEÚDO JURÍDICO - O Sistema Financeiro Nacional estrutura as finanças do Brasil. Disponível em: <
<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,o-sistema-financeiro-nacional-estrutura-as-financas-do-brasil,36314.html>>.

Acesso em 15. mar. 2015.

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO E SEUS OBJETIVOS. Disponível em:
<<http://www.soleis.adv.br/artigocooperativismodecredito.htm>>. Acesso em: 01. mar. 2015.

CROTEAU, John T. A economia das cooperativas de crédito. Atlas, primeira edição em português, 1968.

IBRACON - Notícias. Disponível em: <
<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=1125>>.

Acesso em: 06. Ago. 2015.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. Economia Monetária. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1988.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. Moedas e Bancos: uma introdução. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1983.

LOREDO DE SOUZA, João Batista; MEINEN, Ênio. Cooperativas de crédito-gestão eficaz- conceitos e práticas para uma administração de sucesso. Brasília: Coronário, 2010, 336 p.

NETO, Alexandre Assaf. Mercado Financeiro. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PINHEIRO, Marcos Antônio. Cooperativas de Crédito: história da evolução normativa no Brasil. 6 ed. Brasília: BCB, 2008, 92 p.

PINHO, Diva Benevides. O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO - Maiores Bancos Brasileiros. Disponível em: < <http://cooperativismodecredito.coop.br/mercado-financeiro/maiores-bancos-brasileiros>>. Acesso em 01. jul. 2015.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO - O papel do cooperativismo financeiro na economia brasileira. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/2014/12/o-papel-do-cooperativismo-financeiro-na-economia-brasileira-por-henrique-castilhano-vilares/>>. Acesso em 04. jul. 2015.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO - Os 7 Princípios do Cooperativismo. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/legislacao-cooperativa/os-7-principios-do-cooperativismo/>>. Acesso em 15. mai. 2015.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO- 300 maiores empresas cooperativas do mundo. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/2011/10/global-300-cooperative-e-divulgado-pela-aci-trata-se-da-lista-das-300-maiores-empresas-cooperativas-do-mundo/>>. Acesso em 09. jun. 2015.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO- A expressão Mundial. Disponível em: < <http://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo-de-credito-no-mundo/a-expressao-mundial/>>. Acesso em 20. jul. 2015.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO - Cenário Mundial. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo-de-credito-no-mundo/>>. Acesso em 10. jun. 2015.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO - História no Brasil. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/historia-do-cooperativismo/historia-no-brasil/>>. Acesso em 17. mai. 2015.

PORTAL DO COOPERATIVISMO - Maiores Cooperativas Financeiras do Brasil. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/2015/03/maiores-cooperativas-financeiras-do-brasil-2014/>>. Acesso em 20. jul. 2015.

RECEITA FEDERAL - Sociedades Cooperativas. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/perguntao/dipj2011/CapituloXVII-SociedadesCooperativas2011.pdf>>. Acesso em 17. mai. 2015.

SANT'ANA, José Antônio. Economia Monetária: a moeda em uma economia globalizada. Brasília: Universidade de Brasília, 1997, 274 p.

SEBRAE – Direitos e Deveres dos Associados de Cooperativas de Crédito. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Direitos-e-deveres-dos-associados-de-cooperativas-de-cr%C3%A9dito>>. Acesso em: 18. jul. 2015.

SEBRAE SP - Cooperativa de Crédito. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/guias_cartilhas/empreendimentos_coletivos_cooperativa_credito.pdf>. Acesso em 10. jun. 2015.

SICOOB COPEMESP- Cooperativismo Mundial. Disponível em: <<http://www.sicooobcoopemesp.com.br/novosite/menu/23>>. Acesso em 09. jun.2015.

SICOOB Credpom - Cooperativismo de Crédito amplia sua participação no mercado. Disponível em: <<http://www.sicoobsc.com.br/credpom/blog/noticias/cooperativismo-de-credito-amplia-sua-participacao-mercado/>>. Acesso em: 30. jun. 2015.

SICOOB ENGECRED-GO - Cooperativismo. Disponível em:
<<http://www.sicoobengecred.com.br/?q=node/8>>. Acesso em 15. mai. 2015.

YUNUS NEGÓCIOS SOCIAIS- Muhammad Yunus. Disponível em: <
<http://www.yunusnegociossociais.com/#!/muhammad-yunus/cgqf>>. Acesso em:
10. jun. 2015.

ANEXO A- Maiores Cooperativas Financeiras do Brasil

POSIÇÃO	SIGLA	UF	MUNICÍPIO
1º	SICOOB CREDICITRUS	SP	BEBEDOURO
2º	VIACREDI	SC	BLUMENAU
3º	SICOOB COOCRED	SP	SERTÃOZINHO
4º	SICREDI OURO VERDE MT	MT	LUCAS DO RIO VERDE
5º	SICOOB COOPERFORTE	DF	BRASÍLIA
6º	CRE DICOAMO	PR	CAMPO MOURAO
7º	SICREDI UNIÃO PR/SP	PR	MARINGA
8º	SICREDI PIONEIRA RS	RS	NOVA PETRÓPOLIS
9º	SICOOB CREDICOM	MG	BELO HORIZONTE
10º	SICREDI VANGUARDA PR/SP	PR	MEDIANEIRA
11º	SICREDI UNIÃO RS	RS	CERRO LARGO
12º	SICREDI CELEIRO DO MT	MT	SORRISO
13º	SICREDI REGIÃO DOS VALES RS	RS	ENCANTADO
14º	UNIPRIME NORTE DO PARANÁ	PR	LONDRINA
15º	SICREDI VALE DO PIQUIRI ABCD	PR	PALOTINA
16º	SICREDI SERRANA RS	RS	CARLOS BARBOSA
17º	SICOOB MAXICRÉDITO	SC	CHAPECO
18º	SICREDI PLANALTO GAÚCHO RS	RS	CRUZ ALTA
19º	SICREDI REGIÃO CENTRO RS	RS	SANTA MARIA
20º	UNICRED CENTRO BRASILEIRA GO	GO	GOIANIA
21º	SICOOB CREDICOONA I	SP	RIBEIRÃO PRETO

Cont.

POSIÇÃO	SIGLA	UF	MUNICÍPIO
22º	SICREDI CENTRO- SUL MS	MS	DOURADOS
23º	SICOOB COOPECREDI	SP	GUARIBA
24º	SICREDI NORTE RS/SC	RS	ERECHIM
25º	SICOOB LESTE CAPIXABA	ES	LINHARES
26º	UNICRED FLORIANÓPOLIS	SC	FLORIANÓPOLIS
27º	UNICRED JOÃO PESSOA	PB	JOÃO PESSOA
28º	SICREDI ALTO XINGU	MT	CANARAVA
29º	UNICRED POA	RS	PORTO ALEGRE
30º	SICREDI CAMPOS GERAIS PR	PR	PONTA GROSSA
31º	SICOOB METROPOLITANO	PR	MARINGA
32º	SICREDI PAMPA GAÚCHO RS	RS	ITAQUI
33º	SICOOB SÃO MIGUEL	SC	SÃO MIGUEL D'OESTE
34º	SICOOB SUL SERRANO	ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE
35º	SICREDI OURO BRANCO RS	RS	TEUTONIA
36º	SICOOB NORTE	ES	SÃO GABRIEL DA PALHA
37º	SICOOB SUL	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
38º	SICREDI ALTO URUGUAI RS/SC	RS	RODEIO BONITO
39º	SICREDI NOROESTE RS	RS	TRÊS DE MAIO
40º	SICREDI UNIVALES MT	MT	JUINA
41º	SICREDI ALTOS DA SERRA RS	RS	TAPEJARA

Cont.

POSIÇÃO	SIGLA	UF	MUNICÍPIO
42º	SICREDI IBIRAIARAS RS	RS	IBIRAIARAS
43º	UNICRED LITORAL SC	SC	ITAJAI
44º	SICREDI VALE DO TAQUARI RS	RS	LAJEADO
45º	SICREDI FRONTEIRA PR/SC	PR	CAPANEMA
46º	SICREDI SUDOESTE MT	MT	TANGARA DA SERRA
47º	UNICRED MT	MT	CUIABA
48º	SICREDI NORTE MT	MT	COLIDER
49º	SICREDI CENTRO SERRA RS	RS	AGUDO
50º	SICREDI DAS CULTURAS RS	RS	IJUI
51º	SICOOB NORTE DO PARANÁ	PR	LONDRINA
52º	SICREDI SUL MT	MT	RONDONÓPOLIS
53º	SICOOB CREDI RURAL	GO	RIO VERDE
54º	SICOOB AGROCREDI	MG	GUA XUPÉ
55º	UNICRED FORTALEZA	CE	FORTALEZA
56º	SICREDI ZONA SUL RS	RS	PELOTAS
57º	SICOOB CREDIAUC	SC	CONCORDIA
58º	UNICRED CAMPINAS	SP	CAMPINAS
59º	SICREDI BOTUCARAÍ RS	RS	SOLEDADE
60º	SICOOB CENTRO SERRANO	ES	SANTA MARIA DE JETIBA
61º	SICREDI UNIÃO METROPOLITANA RS	RS	PORTO ALEGRE
62º	SICREDI RIO RJ	RJ	RIO DE JANEIRO

Cont.

POSIÇÃO	SIGLA	UF	MUNICÍPIO
63º	SICREDI IGUACU PR/SC	PR	SÃO JOÃO
64º	SICOOB CREDIP	RO	PIMENTA BUENO
65º	SICREDI ROTA DAS TERRAS RS	RS	TAPERA
66º	SICREDI ALIANÇA RS/SC	RS	MARAU
67º	SICOOB PINHALZINHO	SC	PINHALZINHO
68º	SICREDI REGIÃO DA PRODUÇÃO RS	RS	SARANDI
69º	SICOOB CREDISUL	RO	VILHENA
70º	SICOOB ENGEURED GO	GO	GOIANIA
71º	SICREDI VALE DO SÃO LOURENÇO MT	MT	CAMPO VERDE
72º	SICOOB CREDIAL	SC	CUNHA PORA
73º	SICREDI VALE DO RIO PARDO RS	RS	SANTA CRUZ DO SUL
74º	UNICRED INTEGRAÇÃO	RS	CAIXIAS DO SUL
75º	SICREDI CENTRO LESTE RS	RS	CACHOEIRA DO SUL
76º	SICREDI NOSSA TERRA PR	PR	CAFELANDIA
77º	SICOOB CREDISULCA	SC	TURVO
78º	SICREDI VALE DO JAGUARI RS	RS	SANTIAGO
79º	SICREDI COSTA OESTE PR	PR	MARECHAL CANDIDO RONDON
80º	SICREDI SÃO CRISTÓVÃO PR/SC	PR	MARIOPÓLIS
81º	SICREDI AGROEMPRESARIAL PR	PR	MANDAGUARI
82º	SICREDI PLANALTO MEDIO RS	RS	PASSO FUNDO
83º	SICOOB BLUCREDI	PR	GUARATUBA

Cont.

POSIÇÃO	SIGLA	UF	MUNICÍPIO
84º	SICOOB COCREFOCAPI	SP	PIRACICABA
85º	UNICRED OESTE SC	SC	CHAPECO
86º	UNICRED SUL SC	SC	CRICIUMA
87º	SICREDI CELEIRO RS/SC	RS	CAMPO NOVO
88º	UNICRED BLUMENAU	SC	BLUMENAU
89º	SICREDI CELEIRO CENTRO OESTE	MS	SÃO GABRIEL DO OESTE
90º	SICOOB COOPMIL	SP	SÃO PAULO
91º	CECREMEF	RJ	RIO DE JANEIRO
92º	UNICRED METROPOLITANA	SP	SANTOS
93º	UNICRED ALAGOAS	AL	MACEIÓ
94º	SICREDI NOROESTE MT	MT	ARAPUTANGA
95º	SICREDI NORTE SUL PR/SP	PR	SANTO ANTº DA PLATINA
96º	SICOOB CREDIJA	SC	JACINTO MACHADO
97º	SICREDI ALTO JACUI RS	RS	NÃO-ME-TOQUE
98º	SICREDI FRONTEIRA SUL RS	RS	BAGE
99º	SICREDI ESPUMOSO RS	RS	ESPUMOSO
100º	UNICRED BANDEIRANTE	SP	AMERICANA

Fonte: Adaptado de Portal do Cooperativismo. Disponível em: <
http://cooperativismodecredito.coop.br/wp-content/uploads/2015/03/MaioresCooperativasFinanceirasdoBrasil_2014.jpg>, acesso em 20. Jul. 2015.